

# CONIMBRIGA

VOLUME LVII • 2018

I  
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS  
U

## NÓTULAS BIBLIOGRÁFICAS – III<sup>1</sup>

[https://doi.org/10.14195/1647-8657\\_57\\_7](https://doi.org/10.14195/1647-8657_57_7)

*Estudios Tarraconenses*, de Géza Alföldy

Muito ficámos a dever ao entusiasmo e saber de Géza Alföldy, falecido, aos 76 anos, de fulminante ataque cardíaco, na acrópole de Atenas, a 6 de Novembro de 2011, nas vésperas de ir receber, em Corfu, o seu 10º doutoramento *honoris causa*.

Ainda hoje a sua obra *Die römischen Inschriften von Tarraco* (= RIT), publicada em Berlim (1975), é considerada fundamental para o conhecimento de quem habitou na capital da província da Hispânia Citerior, mas já em 1969 nos brindara, em *Fasti Hispanienses*, com uma panorâmica sobre os senadores romanos registados nas províncias hispânicas desde Augusto a Diocleciano e traçara, em 1973, o quadro dos *Flamines Provinciae Hispaniae Citerioris*.

Largos outros volumes nos deixou, de que um dos mais recentes terá sido o que Juan Manuel Abascal traduziu para castelhano a partir da 4ª edição alemã, e a que se deu o título de *Nueva Historia Social de Roma* (Sevilha, 2012). Um trabalhador incansável, que sempre labutou por manter de pé e ser levado a bom termo o ingente projecto de actualização do II volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, dedicado à Hispânia.

Coube agora a Diana Gorostidi Pi superintender na edição do livro *Estudios Tarraconenses*, levada a cabo, em 2017, pela Universitat Rovira i Virgili e pelo Institut Català de Arqueologia Clássica [ICAC], de Tarragona. Aí se incorporam, traduzidos para castelhano, dezasseis textos, publicados em vários locais e que, partindo habitualmente de

---

<sup>1</sup> As «Nótulas bibliográficas» I e II foram publicadas em *Conimbriga*, 49, 2010, p. 257-270.

fontes epigráficas devidamente integradas no seu contexto histórico, trazem luz sobre o que foi *Tarraco*.

O prefácio, assinado pelo director do ICAC, Joan Gómez Pallarès, não é de mera circunstância, uma vez que, ao relatar os contactos que tivera com G. Alföldy, não deixa de sublinhar um dos aspectos mais salientes da sua actividade como epigrafista: «Não acreditava em nada nem em ninguém, precisava de verificar tudo, ler, comprovar pessoalmente e relacioná-lo com algum outro dado, fosse qual fosse a fonte, que o pudesse vir a ajudar na compreensão do que estava a estudar».

No prólogo, Isabel Rodà dá conta do estreito relacionamento de G. Alföldy com Tarragona (um prólogo documentado com fotografias). Juan Manuel Abascal («Géza Alföldy em *Tarraco*») releva alguns dos textos mais significativos incluídos no volume, onde sempre se patenteia a regra primordial de um estudo epigráfico correcto: «Una inscripción debe estudiarse siempre a partir del texto y del soporte, dos aspectos indisolubles en los estudios epigráficos» (p. 21).

Todos os textos têm introdução explicativa e foram diversos os tradutores, de modo que, na verdade, se trata de trabalho de equipa em torno de uma obra que importava reunir num só volume. Anotaria que se analisa «o programa de imagens nas cidades romanas do *conventus Tarraconensis*» através do estudo dos pedestais de estátua (a erecção de uma estátua supõe sempre uma ideologia político-social, em todos os tempos); a acurada análise do grafito votivo a Minerva, descoberto numa troneira da chamada Torre de Minerva, datável pela ortografia *Vibios*, em vez de *Vibius*, o gentílico do dedicante, das últimas décadas do século III a. C.); a resposta à pergunta «Quando é que *Tarraco* se tornou uma colónia romana?» (p. 246-259); a miúda caracterização da *officina lapidaria Tarraconensis*, comunicação que Géza Alföldy apresentou em Bertinoro (Setembro de 2010), por ocasião do colóquio em homenagem a Giancarlo Susini; finalmente, diga-se que da versão definitiva do texto que Alföldy preparara sobre a visita do imperador Adriano a *Tarraco*, ora publicada, o autor não chegou a rever provas.

Estamos perante um volume denso, com ilustrações de excelente qualidade, que reúne estudos exemplares.

### *31 Cordon Lisboa – um edifício com história*

Relata este livro – edição de Eon, Indústrias Criativas, 2017 – o que foi a intervenção arqueológica levada a efeito no nº 31 da Rua Vítor Cordon, em Lisboa.

Constitui, sem dúvida, uma chamada de atenção para as boas práticas arqueológicas: antes das obras, houve os trabalhos arqueológicos e o que deles resultou foi alvo de estudo por parte de especialistas nos vários domínios desta actividade científica; e o resultado aí está, bem apresentado. Não se estranhe, pois, que seja atitude de louvar, a de todos os intervenientes no processo.

Pedro Pinho, do promotor (a Stonecapital), fala de «projectar e qualificar»; o arquitecto Pedro Mariguesa refere-se ao projecto de arquitectura; há um capítulo que trata do «espírito do lugar» e outro que faz «a biografia do espaço», desde a época romana (*Olisipo*) à Lisboa pombalina. No capítulo «Revelar o passado», António Valongo e João Pimenta estudam os achados arqueológicos e Sara H. dos Reis o fragmento de uma placa funerária romana epigrafada. Termina-se com a menção das fontes documentais e bibliográficas. Por conseguinte, uma obra completa.

Sintetiza Carlos Fabião (p. 23-41) o que se conhece de *Olisipo*, «uma imagem em construção, feita de aquisições e surpresas», entre as quais se incluem os inesperados achados ora feitos nesta rua. As intervenções arqueológicas – a que, felizmente, se dá importância como obrigação prévia a qualquer ‘mexida’ no solo urbano –, se, por um lado, têm permitido esclarecer a estrutura urbanística da cidade, levantam, por outro, questões ainda por resolver: onde é que, afinal, se situava o fórum? Que tratamento deram os Romanos aos leitos das ribeiras que pela malha urbana desciam? Como se articulava a relação com o rio Tejo, nomeadamente agora que mais se sabe sobre o fundeadouro? Onde começava, de facto, a área agrícola abastecedora de frescos para a população?

Lídia Fernandes tece considerações, por seu turno, acerca do modo «como a cidade se ornamentou» (p. 43-47): a decoração do teatro, os capitéis, os frescos, os mármore de variada procedência... «O afastamento físico ao centro do Império não parecem ter impedido», conclui a investigadora, «uma actualização constante dos repertórios decorativos com que a cidade se adornou».

Carlos Alves e Fátima Beja e Costa fazem o enquadramento do edifício reabilitado na arquitectura, nos espaços e nos protagonistas da

Lisboa pombalina: ele «é o resultado da renovação urbanística da cidade de Lisboa no período subsequente ao terramoto» (p. 70).

Depois de mui cuidadosamente apresentarem o relatório da intervenção arqueológica efectuada, interrogam-se António Valongo e João Pimenta se se estará «perante uma *domus* suburbana»; e concluem que, «tendo em conta o estudo da totalidade do espólio recolhido no sítio», se regista «um ciclo de construção/ocupação/abandono» passível de se circunscrever aos séculos I – II da nossa era ou, «quando muito, inícios do III», o que – a ser assim – documentaria um abandono «relativamente precoce» do local, quando – acrescento eu – na proximidade outros indícios há de continuidade.

Dos materiais destaque-se o achado do referido fragmento de uma placa funerária de mármore róseo do tipo do que se explorou em S. Domingos de Rana (Cascais) e de cuja utilização como suporte epigráfico há mais exemplos. Numa escrita que denuncia cópia de uma minuta actuária (veja-se o alongamento dos SS, o A em jeito de lambda...), apenas restou SSIM / AN L. Sara H. dos Reis avançou, naturalmente, hipóteses de preencher lacunas, mas, na verdade, apenas nos é dado saber que o defunto teria morrido, pelo menos, com 50 anos, e que o dedicante o qualificou com o superlativo mais corrente e até apotropaico: *piissimus*.

*Inscriptions de la Cité des Éduens*, por Yann Le Bohec

Antes de me referir a esta publicação, sejam-me permitidas duas congratulações.

A primeira: o facto de, nascida em 1993, sob a direcção do Professor José Remesal, a colecção «Instrumenta» – que se propunha publicar estudos sobre a vida económica e social do mundo romano e que, até ao momento, privilegiou, por via das circunstâncias, os que trataram da epigrafia anfórica, «como base del estudio para la producción y comercio de alimentos» – ter chegado ao volume 58, disponibilizado a 19 de Janeiro de 2018, intitulado ΔΕΣΜΟΙ ΦΙΛΙΑΣ, *Bonds of Friendship*, expressão que logo se explica: *Studies in Ancient History in honour of Francisco Javier Fernández Nieto*. De resto, foi a esta colecção concedido recentemente o “sello de calidad e internacionalidad” pela ANECA (Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación), pela FECYT (Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología) e

pela UNE (Unión de Editoriales Universitarias Españolas), com o que muito nos congratulamos. Publicação da responsabilidade do Serviço de Publicações da Universidade de Barcelona.

O segundo aplauso vai para Yann Le Bohec, que, mesmo após se haver retirado da chamada «vida activa» – é professor emérito da Universidade de Paris IV (Sorbonne) – não tem deixado de nos brindar com inúmeras publicações, mantendo um dinamismo invejável. É de sua lavra o nº 50 (2015) da série *Instrumenta*, que tem como título *Inscriptions de la Cité des Éduens. Inscriptions sur Pierre. Inscriptiones Latinae Galliae Lugudunensis (ILGL). 2. Aedui (L. Aed.)*.

Os Éduos (Éduens em francês, *Haedui* em latim) «formavam um dos maiores povos da Gália» e tal designação, até há pouco ‘misteriosa’, tem, segundo X. Delamarre uma explicação etimológica: deriva do radical indo-europeu *aed-*, *\*aidh-*, que, nas línguas mais antigas, se relaciona com o fogo; seriam, por isso, «os ardentes», «os inflamados» (p. 11). Era, ao tempo de César, «a mais importante *civitas*» gaulesa, de que Dumnorix foi um dos *principes* dirigentes, e a sua principal riqueza advinha da percepção de impostos; tinham senado e o magistrado principal, *summus magistratus*, chamava-se ‘vergobret’. O território dos Éduos viria a ser incorporado na província romana da *Gallia Lugudunensis* (e não *Lugdunensis*, adverte Le Bohec) (p. 13); corresponderia, *grosso modo*, ao actual departamento francês de Saône-et-Loire (p. 15).

Acabo de referir dados das primeiras páginas do volume; na verdade, Yann Le Bohec optou – e bem – por dar conta, logo na introdução, de muitos dos aspectos que, habitualmente, vêm no final, após se ter apresentado o *corpus* das epígrafes. Assim, depois de especificar qual a selecção feita e as razões que a ela presidiram e como vai ser organizado o *corpus*, o Autor escreve sobre a extensão e os limites da *civitas* e esclarece os critérios de datação usados (a maior parte das epígrafes data da 2ª metade do século I ao decorrer do século II, como acontece na Península Ibérica). Ficamos desde logo com uma ideia da iconografia dos epitáfios, dos tipos de monumentos funerários e de como se apresentavam as necrópoles. Finalmente, a informação sobre as abreviaturas e os sinais diacríticos utilizados nas transcrições e a bibliografia, opção que se me afigura muito válida, por nos fornecer de imediato o panorama dos trabalhos em que o Autor se baseou.

Preferiu-se uma sistematização geográfica: primeiro, o vale do Rio Sona (que é, como se sabe, o principal afluente do Ródano, no qual desagua por alturas de Lyon); depois, o principal acidente orográfico,

o Morvan, determinou a subdivisão da região central em quatro partes: a meridional, Autun (a romana *Augustodunum*), o Oeste de Autun e o Norte de Autun; por fim, a região ocidental. Em apêndices, as inscrições falsas, as ilegíveis e diversas. Índices epigráficos (por temas) e as sempre úteis tabelas de concordância, onde igualmente se assinala a meia centena de inéditos.

De momento, uma das questões que aflige os epigrafistas é a qualidade das fotografias disponíveis para ilustrar a ficha de cada inscrição, acrescida do facto de, nem sempre, os tipógrafos terem a necessária sensibilidade para obterem uma impressão nítida. No caso vertente, a qualidade é, de um modo geral, aceitável, faltando, aqui e além, o contraste que uma iluminação adequada facultaria; mas, como se disse, é este um objectivo nem sempre fácil de atingir; se não há o óptimo, há, pelo menos, o bom e isso é que importa, até porque houve a preocupação de ilustrar tudo o que era possível, nomeadamente recorrendo ao desenho, sempre que as fotos eram inexistentes.

Em cada ficha, o esquema habitual: identificação com número árabe mais o local de procedência; circunstâncias do achado; descrição sumária; paradeiro actual; dimensões; muito breve comentário paleográfico, bibliografia e referências onomásticas essenciais.

A título de exemplo, chamou-me a atenção o nº 213, de Autun (p. 144). Trata-se de uma estela funerária, cujo texto traz apenas T · I · / BORILLI. O desenho mostra melhor a tipologia: foi o pedaço de grés grosseiramente afeiçoado, alisada a superfície que viria a receber o letreiro; a gravação, tendencialmente segundo um eixo de simetria, não obedece a qualquer rigor geométrico, dando a impressão de que terá sido feita com goiva, procedimento típico, na Península Ibérica, dos primórdios da aculturação romana. Breve é, aqui, o comentário histórico: «D'autres gentiles que Iulius conviendraient, mais il est le plus répandu. Le nom Borillus appartient à la langue celtique: Delamarre, *Noms*, p. 46.» Cita-se o livro *Noms de personnes celtiques dans l'épigraphie classique*, de X. Delamarre, Paris, 2007. Confirmando: os 79 testemunhos deste antropónimo presentes na base de dados EDCS foram colhidos na zona de influência céltica do Império; o nome não se regista na Hispânia e não deixa de ser curioso verificar que é nome de oleiro muito documentado. Quanto ao modo de identificação, não se estranhe que o gentilício (*Iulius*, com toda a probabilidade) venha em sigla, dada a sua frequência, até porque, tratando-se de um indígena romanizado, seria o nome de origem aquele mais conhecido. Também

por isso eu não teria dúvidas em datar o monumento do século I d. C. Estas reflexões, claro, não cabem num *corpus*, que privilegia a apresentação dos dados fundamentais, passíveis de virem a ser utilizados com segurança para outras reflexões. Eu é que não resisti, porém, à tentação de aproveitar este exemplo.

*Estudios de Epigrafía Romana*

Sob o título *Monumenta et Memoria* e com o subtítulo *Estudios de Epigrafía Romana*, editaram José Manuel Iglésias Gil e Alicia Ruiz-Gutiérrez (aplauso, desde já, por terem incluído os primeiros nomes dos autores por extenso!) um livro de quase 400 páginas (Roma, 2017, Edizioni Quasar), que reúne os textos das comunicações apresentadas no colóquio internacional, realizado na Universidade de Cantábria (Santander), a 22 e 23 de Setembro de 2016, por dezasseis especialistas provenientes de dez universidades europeias.

Quatro sessões compuseram a referida reunião: «Memoria y comunicación epigráfica», «Roma, emperadores y memoria oficial», «Memorias colectivas: ciudades y pueblos», «Memoria privada y familiar».

Há tópicos deveras significativos:

- o registo epigráfico como ‘memória’ de alguém ou de um acontecimento;
- a utilização das palavras *monumentum* e *memoria* na epigrafia funerária (uma das características dos textos do Norte da Hispânia);
- formulários fora do comum que patenteiam uma relação entre o defunto e os que o seu epitáfio lêem – os elogios (*coniux dulcissima et castissima et rarissima...*), o convite a que os vivos se abeirem da sepultura, o significado de *statuere*, o diálogo na primeira pessoa...
- a recuperação, no Renascimento, dos modelos epigráficos romanos;
- a *Tabula Siarensis* e a *Lex Valeria Aurelia*, enquanto formas de dignificar a memória de Germânico;
- a mulher na dinastia dos Júlios-Cláudios, entre uma actuação política aparentemente marginal e a sua visibilidade pública;
- os pedestais dos *virii flamines* em *Tarraco*;



- a presença, em *Altinum*, um porto da Gália Cisalpina, de bastantes epígrafes com indicação da área sepulcral;
- a epigrafia da Segóvia romana e a de Los Bañales de Uncastillo;
- as referências aos patronos das cidades quer na Hispânia quer na *Africa Proconsularis*;
- os *Norbani*, estudo monográfico sobre uma significativa *gens* lusitana, com 131 testemunhos na área do *conventus Emeritensis*, o que directamente a relaciona com *C. Norbanus Flaccus*, o fundador, em 34 a. C., da *Colonia Norbensis Caesarina* (actual Cáceres);
- as genealogias familiares passíveis de ser detectadas nas epígrafes;
- a ocorrência relativamente escassa de alusões a filhos de *seviri augustales*, como dedicantes de epígrafes;
- o facto de, em *Ferentinum*, se documentar, num bloco, a homenagem pública ao *medicus L. Cornelius Latinus* e à sua mãe (CIL XI 7434) deu azo a que se tecessem considerações gerais acerca das razões que teriam levado à menção epigráfica de médicos (sem dúvida, o prestígio que usufruíram, acrescento eu).

Temas todos eles susceptíveis de comentário, tal a profusão de dados que veiculam. Farei apenas um: voltando a um tema que lhe é caro, os *Norbani*, em relação aos quais apresentou, em Madrid, na IX Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana (Setembro de 2016), a comunicação «25 años de investigación epigráfica en Lusitania: *Norba* y los *Norbani*», afirma José Manuel Iglésias Gil (p. 316) que «la repetición del *nomen* ocho veces en una misma inscripción de la *civitas Igaeditanorum* ha abierto la hipótesis de que el fundador de esta ciudad fuera también *C. Norbanus Flaccus*». E remete para o artigo de Vasco Gil Mantas, «*Orarium donavit Igaeditanis*: Epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana», *Actas del I Congreso de Historia Antigua Peninsular (Santiago de Compostela, 1986)*, II, Santiago de Compostela, 1988, p. 415-439. Na verdade, aí vem a primeira referência a essa epígrafe, considerada «provavelmente de teor honorífico», passível de «corresponder a um monumento comemorativo em que a *gens Norbana* mereceu especial destaque, não se tratando, segundo cremos, de um texto referindo libertos dada a presença de *praenomina* diferentes». «Estamos certos», conclui V. Mantas, «de que a continuação da investigação não deixará de facultar novos elementos que reforcem a

hipótese considerada quanto à fundação de Idanha-a-Velha por *C. Norbanus Flaccus*, como futura capital administrativa dos *Igaeditani* [...]» (p. 419-420).

Até ao momento, nenhum dado mais se encontrou. Por outro lado, se a diferença de *praenomina* não impossibilita que se esteja perante uma lista de libertos da *gens Norbana*, uma vez que a libertação pode ter ocorrido por iniciativa de membros diversos da *gens*, o certo é que o fragmento não permite saber se a epígrafe foi cortada ao nível dos *cognomina*, ora inexistentes, ou se as personagens referidas o não tinham mesmo, o que, nesse caso, seria índice seguro de não serem libertos. Desconhecendo-se o alvo da eventual homenagem e sendo omissa, nesse âmbito, a vasta coleção epigráfica da *civitas*, a hipótese formulada mantém-se em aberto, sendo, porém, inegável a significativa presença de *Norbani* na epigrafia egitaniense.

Pela oportunidade dos temas tratados e pela celeridade com que se concretizou a publicação, estão, naturalmente, de parabéns os editores.

### *Studi su Ruscino*

Publicação conjunta das universidades de Macerata e de Barcelona, datada de 2016 (ISBN 978-84-96786-72-1), tendo Giulia Baratta como responsável pela edição, *Studi su Ruscino*, o II dos Anexos da revista *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*, reúne uma série de artigos que visam trazer luz sobre este notável sítio arqueológico, localizado em Château-Roussillon, perto de Perpignan. Foi, aliás, esse antigo topónimo que veio a dar nome ao Rossilhão.

Ocupado esporadicamente desde o final do Neolítico, ali se viveu durante o Bronze Final e se instalaram as gentes na I Idade do Ferro, para, na II Idade, ou seja, a partir do ano 475 a. C., *Ruscino* se apresentar como a capital dos *Sordes* ou *Sordones*, bastião importante da cultura ibérica, se considerarmos que os grafitos e os textos encontrados dão testemunho da utilização de um alfabeto próprio. Será, todavia, com o imperador Augusto que *Ruscino* atingirá o maior esplendor, beneficiando, porventura, das viagens imperiais a essa região. Teria sido elevada, sob Tibério, à categoria de *colonia* de direito latino, dotada de fórum, construído entre 20 a. C. e 5 d. C., cuja escavação forneceu inúmeros elementos do maior interesse, nomeadamente inscrições em honra da dinastia dos Júlios-Cláudios, assim como de magistrados e funcionários

imperiais.

Depois dessas informações, que colhi do texto de Isabel Rébé (p. 11-18), direi que Marc Mayer i Olivé dá conta justamente do que se conhece do fórum (p. 19-44), sublinhando que a quantidade de elementos iconográficos ligados a figuras da *domus* imperial ao tempo dos Júlios-Cláudios, significativa de um apego enorme à dinastia, pode estar na origem da decadência da cidade e da destruição do seu centro político-administrativo, no decorrer da crise de 68-69, por ter apoiado as pretensões de Galba. O mesmo epigrafista se debruçará depois (p. 87-117) sobre «algunos esgrafados» identificados na cerâmica do sítio; procurará ler alguns grafitos cerâmicos «de relativa extensão» (p. 119-124) e «las marcas epigráficas en cornisas de mármol» (p. 295-302).

Noemí Moncunill, especialista em línguas paleo-hispânicas, encara, com o saber que lhe é peculiar, a epigrafia ibérica da cidade (p. 45-66). E caberá, de novo, a Isabel Rébé atentar na cerâmica cinzenta (p. 67-85) e nos muitos estiletos de osso encontrados (p. 253-262), usados para a escrita, sobretudo na época pré-romana da cidade, o que prova, em seu entender, «uma prática da escrita bem consolidada nos finais da II Idade do Ferro, em que a língua ibérica não terá sido apenas uma língua veicular» (p. 262).

Laurent Savarese estuda as marcas anfóricas identificadas (p. 125-206), que «testemunham a importância das trocas económicas que *Ruscino* manteve com o conjunto da bacia mediterrânica e do papel político regional que se supõe ter sido desempenhado pelo sítio durante toda a II Idade do Ferro e até primórdios do Alto Império» (p. 159). Juntamente com Sara Redaelli, será feita uma primeira reflexão acerca dos mosaicos, no quadro da decoração arquitectónica da cidade (p. 303-320).

Finalmente, anotar-se-á que Alberto Gavini elabora, nas p. 207-251, o catálogo de 80 lucernas (inteiras ou fragmentos), datáveis, na sua maior parte, desde o século I a. C. às primeiras décadas do II d. C.

Pela variedade de temas, abordados por especialistas nas respectivas áreas de conhecimento, o volume apresenta-se, pois, como excelente sùmula do que sobre *Ruscino* para já importa saber.

### *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*

Fundada em 1939, sob direcção de Aristide Calderini e Giancarlo Susini, a revista *Epigraphica*, ora da responsabilidade de Angela Donati, da Universidade de Bolonha, apresenta-se como «periodico internazionale de Epigrafia», de periodicidade originariamente semestral, agora anual. Em 1982, nasceu em Coimbra o *Ficheiro Epigráfico*, destinado a dar a conhecer as inscrições inéditas da Hispânia; como o nome indica, está organizado por ‘fichas’, estudo eminentemente epigráfico, para que cada epígrafe possa constituir doravante segura fonte histórica; até inícios de 2018, publicaram-se 161 números e mais de 600 epígrafes inéditas. *Sylloge Epigraphica Barcinonensis (SEBarc)* surgiu em 1994, por iniciativa do Prof. Marc Mayer, no âmbito do Departamento de Filologia Latina da Universidade de Barcelona. São estes, na actualidade, os três periódicos que dão à Epigrafia papel preponderante.

O vol. XV da *SEBarc* (2017) segue as directrizes traçadas aquando da sua criação, como pode ver-se pela simples enumeração dos temas tratados:

- uma nova inscrição ibérica identificada no bordo de um *kálathos* (Joan Ferrer I Jané);
- revisão e novos achados de inscrições em Creta (Ángel Martínez Fernández);
- as *aquae calidae* de Sardenha (Antonio Ibba), sobre as inscrições a divindades ligadas às nascentes termais desta ilha;
- a questão das falsificações de urnas cinerárias inscritas, mostradas em sítios da Internet referentes a leiloeiras e a galerias de arte (Lucio Benedetti, Giorgio Crimi e Antonella Ferraro);
- três inscrições romanas inéditas guardadas na casa-museu do coleccionador Ugo Da Como (1869-1941), em Lonato (Simone Dona);
- a revisão, levada a efeito por Marco Erpetti, da inscrição de Roma (CIL VI 30 971), a partir de um manuscrito de 1876;
- com base também num manuscrito, uma vez que o original se perdeu, Mariangela Cristina Valvano tece considerações acerca dum relevo romano de San Severino Marche;
- Alfredo Buonopane, ao observar o tijolo com o nome de um sêxviro, pretensamente de época republicana, interroga-se se se trata de uma minuta, do texto provisório ou de um exercício de escrita; mais adiante, o mesmo investigador estuda duas cupas, que apresentam tabela central em forma de estela, procedentes

de *Grumentum*;

- CIL VI 29 682 revela um «agens proximus commentariorum summae privatae», o que proporciona a Elena Cimarosti hipóteses de trabalho acerca da promoção social mediante o exercício de determinados cargos, nos finais do século III e início do IV da nossa era;
- prosseguem Joan C. de Nicolás Mascaro e Bartomeu Obrador Cursach a publicação das novidades epigráficas minorquinas (II parte);
- a reutilização de epígrafes romanas (neste caso, de CIL VI 21 757) em programas iconográficos complexos foi o tema que Donato Fasolini se propôs tratar;
- Ivan Di Stefano Manzella interpreta dois grafitos parietais, de Pompeios (CIL IV 1768 e 1769), referentes a dois pasteleiros concorrentes, cuja actividade exerciam junto dos templos de Apolo e de Vénus;
- Maria Engracia Muñoz-Santos analisa o cabo de navalha, de marfim, achado em Ampúrias, datável do século I d. C., esquematicamente talhado em figura de gladiador e com o nome *Pardus*, eventual identificação do seu possuidor;
- Luca Zambito reexamina as chamadas *tegulae sulfuris* de Agrigento, propondo que devem relacionar-se estreitamente com a família dos *Annii*, constituindo uma prova do interesse do imperador Augusto em supervisionar as minas de enxofre sicilianas.

Não resisti a traçar a panorâmica – fastidiosa, porventura – das temáticas que este volume, de 282 páginas, abarcou (e ainda há, no final, 13 recensões bibliográficas!...), na medida em que assim se demonstra, com casos concretos, o singular valor documental dos monumentos epigráficos.

JOSÉ d'ENCARNAÇÃO